Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Por uma história plural da pesquisa e do ensino nas instituições de ensino universitário no Brasil: o caso do NDIHR/UFPB

Margarida Maria Dias de Oliveira[I]

Resumo: O texto aqui apresentado é um recorte da pesquisa desenvolvida em estágio pós-doutoral e busca apresentar o projeto de criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional para, por meio dele, chamar à atenção sobre formas diversas de construção do conhecimento que conviviam nas instituições de ensino universitários no período de 1976 a 1980. Entendê-lo como um dos modelos de produção de pesquisas e saberes analisando o documento gerador da proposta como forma de denunciar a homogeneização da narrativa da história do ensino de História.

Palavras-chave: História dos cursos universitários; História do ensino de História; Produção do conhecimento histórico.

For a plural history of research and teaching in university education institutions in Brazil: the case of NDIHR/UFPB

Abstract: The present text is an excerpt from the research developed in the post-doctoral stage and seeks to present the project for the creation of the Regional Historical Information and Documentation Center to, through it, draw attention to different forms of knowledge construction that coexisted in the institutions of university teaching in the period 1976 to 1980. Understand it as one of the models for the production of research and knowledge, analyzing the generating document of the proposal as a way to denounce the homogenization of the narrative of the history of History teaching.

Keywords: History of university courses; History of History Teaching; Production of historical knowledge.

1. O contexto e lugar de produção de um projeto vencido: o NDIHR[II]

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) foi um projeto iniciado no âmbito do Ministério da Educação em 1975, dentro dos processos de modernização da universidade brasileira. A reforma universitária instaurada pela lei 5.540/68, e consolidada pelas várias ações e diversos projetos e convênios estabelecidos, conduziu docentes, discentes, técnicos e gestores a experiências que, embora não tenham se moldado ao modelo vencedor de universidade, se configuram como vestígios importantes para entendimento dos conflitos e acordos que foram se estabelecendo.

Faz parte da proposta deste trabalho recuperar esta experiência na perspectiva do que chama a atenção Walter Benjamin sobre a necessidade de, se se quer inovar a escrita da história, é necessário perceber os fatos ocorridos no tempo como projetos variados de futuro que foram sendo vencidos, abandonados, remodelados, mas nunca como um caminho único

para o futuro, que é o tempo presente do qual o historiador formula a questão[III]. Ou, ainda, instigada pela provocação do professor Francisco Falcon quando afirma:

> Nossos historiadores têm por hábito analisar a produção historiográfica contemporânea no Brasil a partir de 1970/71, isto é, da chamada institucionalização da pós-graduação entre nós. Trata-se da eleição de um "evento fundador" responsável por alguns esquecimentos e silêncios dos mais significativos. *Esquecimento*, por exemplo, das mudanças em curso nos anos 60, dos embates e conflitos travados no "território da História": *esquecimento*, também de como e quanto o ensino de pós-graduação herdou do ensino de graduação em termos de quadro docentes, compartimentações disciplinares, visão conteudista de currículos, orientações teórico-metodológicas – em termos da pesquisa e da historiografia existentes.[IV]

Ao ressaltar estes esquecimentos e silêncios e, na continuidade do texto, ao lembrar o quanto não estava decidido o caminho da pós-graduação, Falcon nos alerta para a consolidação de uma narrativa que, apesar da legitimidade e representatividade em uma época, não deve continuar norteando-nos como única história possível.

Daí a validade e viabilidade de procurar entender o NDIHR/UFPB como um desses projetos que foram criados na esteira de modernização da universidade brasileira, que foi alterado ainda na sua execução, que se consolidou com outras direções tomadas, que constituiu uma memória histórica que o trata como a instauração da historiografia acadêmica na Paraíba, que tem sido criticado sobre visões de história e gestões recentes e, inclusive, construído novas memórias sobre projetos e objetivos.

Todas as marcas elencadas no parágrafo anterior realçam os diversos momentos desse núcleo que, iniciado como projeto piloto na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal do Mato Grosso, apontam para como é enriquecedor perceber não somente o planejamento registrado no projeto inicial, mas construir na medida do possível, por meio das pistas deixadas, os conflitos e acomodações que resultaram nas vivências e construções de futuros possíveis.

2. Apresentando o projeto inicial: o CDHIR

Por meio da lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968[V], os militares que estavam no governo da República brasileira implantaram a reforma universitária, uma das bandeiras que mobilizaram os estudantes e classes médias urbanas durante os anos 60. Há estudos exaustivos e profundos sobre este processo[VI], que resultou na nova formatação das universidades no Brasil, embora a implantação tenha sido em ritmos diferenciados conforme as instituições. Mas, em todas, conforme Germano,

> ela introduziu a estrutura departamental e extinguiu a cátedra; adotou o sistema de créditos por disciplinas e periodicidade semestral; dividiu o curso de graduação em duas partes, um ciclo básico e um profissional; modificou o regime de trabalho dos professores com a introdução da dedicação exclusiva; estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam se organizar preferencialmente sob a forma de universidade; definiu as funções de ensino e pesquisa como indissolúveis no ensino superior. [VII]

O que nos interessa, em especial, é referenciar este processo como o contexto em que há diversidade de projetos em andamentos, viabilizados com recursos concedidos por instituições variadas como os famosos convênios MEC/USAID, mas também das Fundações Ford e Rockfeller, além de reorganização das formas de financiamento dentro da estrutura do Ministério da Educação, conforme aponta Motta (2014). As possibilidades de financiamentos de pesquisas fazem parte da modernização implantada nas instituições de ensino universitário, bem como sua articulação com o ensino.

Compreendemos, portanto, que o "Projeto de Implantação do CDIHR", apresentado pela Universidade Federal do Mato Grosso ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério da Educação, e ampliado para a UFPB é exemplar dessas vicissitudes que têm espaço nas burocracias, embora tendamos a tratá-las como estritamente rígidas, uniformes e altamente planejadas. Nesse sentido é importante a seguinte explanação:

> Segundo Rosa Maria Godoy Silveira, em entrevista concedida à Ataídes Cassimiro da Silva, Georgina Alves da Fonseca e Vera Lucia da Silva. [21 de maio, 1998]. Projeto NDIHR 20 anos: Resgate e Construção de uma história. (Entrevista transcrita), trata-se de um projeto que foi elaborado pela Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* Cuiabá, encaminhado ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC: "Na ocasião quem dirigia, em 1975, esse Departamento era o professor Lynaldo Cavalcanti e ele já estava com a perspectiva de ser reitor aqui e achando a ideia boa ele encampou a ideia, do Ministério apoiar a implantação do Núcleo do Mato Grosso, desde que também um Núcleo similar fosse implantado na Universidade Federal da Paraíba. De fato quando ele começou isso em março, ele desde o início começou essa implantação, em março mesmo de 76.[VIII]

O professor Lynaldo Cavalcanti tem sua biografia contada a partir das palavras empreendedorismo e gestão inovadora, com longa lista de serviços prestados à gestão pública, inicialmente, na Prefeitura Municipal de Campina Grande como secretário e depois junto a Universidade Estadual da Paraíba e como mais destaque na Escola Politécnica ligada à Universidade Federal da Paraíba – Campus II – Campina Grande.[IX]

Conforme relatado pela Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira, como diretor do DAU/MEC, recebeu a proposta do Centro de Documentação Histórica e Regional da Universidade Federal do Mato Grosso e incluiu, no projeto, um congênere para a UFPB. Quando assumiu a reitoria desta Universidade em março de 1976, levava consigo a proposta do núcleo.

A justificativa para criação do órgão se fundamentava na inovação da pesquisa histórica e, nesta, como campo instrumental importante do ensino superior e como produção de conhecimento para projeção do futuro.[X]

Apesar de, em um primeiro momento, defender a vinculação com os Centros de Ciências Humanas, Letras e Artes e/ou de Ciências Sociais nas universidades que sediarão os dois projetos[XI] argumentando a proximidade temática com a História, mas também o fato de cursos como "Economia, Administração, Direito, Sociologia, [serem] reconhecidamente usuários e dependentes de fontes de documentos históricos"[XII], paulatinamente amplia a defesa para que fosse um espaço a ser utilizado por todos os cursos das universidades.

Consideramos que as diferenciações da proposta se projetam quando lemos afirmações como:

> ...pode a historiografia, como área instrumental, fornecer dados, muitas vezes de importância fundamental e que ficaram relegados ou inacessíveis, para as áreas de

> Recursos Naturais, Geociências, Ciências Agrárias, Tecnologia Construtiva e Industrial, e Saúde. Não somente porque as situações históricas regionais envolvem quase sempre considerações e informações destas várias naturezas, (mesmo não sendo deliberadamente procuradas) como pode-se também montar esquemas que se orientem para o levantamento de histórias técnicas, ou histórias agrícolas ou histórias da saúde, e que seriam, além de seu caráter inovador na Historiografia, relevantes para a compreensão e encaminhamento de soluções para problemas atuais de cada uma das regiões previstas para a instalação dos CDIHR.[XIII]

O que chama a atenção em assertivas deste tipo, constantes no Projeto de Implantação do CDIHR apresentado em 1975, é a possibilidade de reapresentarmos por meio dessas e outras fontes a diversidade e atualidade de discussões em relação a outros centros produtores de história no momento sobre as propostas de escrita da História. Diferente da narrativa homogeneizadora que coloca a pesquisa e o ensino de História em parâmetros adjetivados como tradicional, é viável e necessário perceber os debates e ações em torno das demandas para construção da pesquisa em História.

Quanto à possibilidade que o trecho reproduzido anteriormente aponta sobre o que Gaddis (2003) defende como historicização das ciências é importante reter duas indicações: a possibilidade de, assim, inovar a historiografia e a forma de acessar um conjunto de informações que contidas no banco de dados do passado[XIV] e formular as políticas necessárias ao presente daquele momento.

A vinculação com a sociedade que cerca as duas propostas do Centro de Documentação e Informação Histórica e Regional é uma prerrogativa constante, como pode se ver em outro trecho:

> Organizada em bases modernas, dentro das estruturas das duas universidades envolvidas, a Historiografia, além de sua base física, que serão as instalações dos CDHIR, será um instrumento poderoso para estimular os serviços prestados pelas instituições de ensino às suas comunidades. Além de ampliar os acervos e a biblioteca, o que é sempre frutífero, abre possibilidades de acesso, leitura, reproduções e reedição de material em geral procurado avidamente pelos interessados, permite a organização e produção de programas de ensino, textos e material audiovisual para cursos de 1º e 2º graus, cursos de graduação superior e cursos de extensão universitária.[XV]

Um dos entendimentos sobre a modernização da universidade brasileira dizia respeito à necessidade de vinculação com os problemas que afligiam a sociedade. O caráter bacharelesco e ilustrado da formação universitária sempre foi apontado e, até hoje, se expressa no fosso que separa a apropriação das informações pela sociedade em geral. Portanto, como é apontado no trecho acima uma das principais intenções do Centro de Documentação e Informação Histórica Regional era que o atendimento da sociedade fosse formando professores e/ou por meio de material para a educação básica, além de contribuir com a divulgação científica e formação qualificada dos seus profissionais por meio da produção de materiais para a graduação.

Utiliza-se na justificativa do projeto a necessidade de prover a pesquisa histórica e os pesquisadores de uma forma geral de condições de pesquisa. Neste sentido, discorre-se sobre as condições desiguais de pesquisadores brasileiros para proceder as suas pesquisas e os pesquisadores estrangeiros que conseguem – assegurados pelos recursos de seus países, em especial os provenientes dos EUA – acessar documentos brasileiros de forma mais rápida, reproduzi-los por meios técnicos e, desta forma, conseguir as fontes necessárias para suas

pesquisas. Este exemplo é destacado para demonstrar a viabilidade de um convênio que resulte em condições de pesquisa para todas as partes interessadas[XVI].

Não é possível entender a proposta do CDIHR sem a vinculação com as discussões sobre as desigualdades regionais que estava em pauta no final da década de 1950 e durante os anos 60. Resultou em políticas públicas duradouras como a SUDENE e foi motivo de preocupação dos governos por causa dos riscos como insuflador de articulações que redundaram em movimentos sociais fortes como as Ligas Camponesas. É muito provável que, exatamente por isso, além de reconhecer a historiografia como área instrumental, ou seja, fornecedora de informações para novas ações, compreenda a ação localizada em João Pessoa/UFPB, mas articulada com outros estados.

O caráter regional do centro se estipula, inclusive, na enumeração de equipamentos culturais instalados ao listar instituições e órgãos de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará[XVII], mas é compreendido, principalmente, como exemplificador de fenômenos que são mais reconhecidos pelos governantes e estudiosos de outros estados como problemáticos para o que seria compreendido como necessário para o desenvolvimento, isto é, para equiparação as outras regiões, em especial, à região Sudeste como modelo de avanço do país. São sintomáticos os pontos listados no trecho a seguir, embora se ressalte que só com a implantação do centro, as áreas serão definidas:

> Para que este caráter regional não fique apenas abstratamente concebido, o CDIHR da UFPB terá a seu cargo a intensificação da análise e interpretação de questões ainda não devidamente exploradas pela ciência e pela técnica, e que, afetando toda a sociedade nordestina desde seu início, ainda permanecem como focos de preocupação para os governos locais e para o governo central. Não se pode precisar com exatidão que tipos de temas serão levantados, mas sem dúvida, caberá ao CDIHR de João Pessoa, o levantamento e a análise das evidências, por exemplo, dos efeitos sérios dos fenômenos naturais da região, como a seca, as enchentes, a intermitência dos rios, a alta insolação, como verdadeiros condicionantes dos acontecimentos e processos sociais locais; por exemplo, os movimentos existentes há muito tempo, de deslocamentos populacionais e migrações em grande escala de gente originária da região para outras regiões do país, e dentro dela mesma, de locais para outros; a participação política da região Nordeste, quase sempre enfatizada na época colonial e praticamente não investigada nas épocas imperial e republicana; as relações do Nordeste com o eixo Rio-São Paulo e o exterior, em termos culturais, comerciais, financeiros e econômicos, investigação profundamente motivada por uma necessidade de posicionamento da região em relação ao país, há muito tempo problemático e distorcido. Enfim, caberá aos responsáveis pela montagem do centro, a definição, a partir de temas como estes, de um verdadeiro caráter regional deste projeto e de suas iniciativas decorrentes.[XVIII]

Como dito anteriormente, é preciso articular as proposições de estudos apresentadas às representações do Nordeste como região a se desenvolver. A modernização da universidade, infelizmente, também significa a hegemonização do olhar dos centros urbanos do Sudeste sobre o Brasil, pelo menos em seus projetos.

O financiamento dessa experiência seria feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e há a necessidade de orientação técnica tanto para as ações quanto para os equipamentos que deveriam ser adquiridos, daí a ostensiva contratação de docentes. A memória histórica consolidou a ideia de que foi só a partir do reitorado de Lynaldo Cavalcanti que vieram os professores de outros estados e países, mas é importante ver esta citação:

> Devido aos esforços anteriores da UFPB em promover o treinamento de seu pessoal docente, já se observa em algumas áreas uma razoável proporção de Mestres e Doutores, estando a Universidade empenhada em aumentar esta proporção, através de seu Programa Institucional de Capacitação de Docentes; além disto, têm recrutado e fixado, com uma certa regularidade docentes estrangeiros, do Canadá, da França, da Índia, dentre outros países, em geral dentro de convênios e projetos de cooperação técnica internacional.[XIX]

Note-se, portanto, que a adesão da UFPB à Reforma Universitária e sua implementação, inclusive, sendo referência para palestras e cursos conforme aponta Cittadino[XX], fez com que recursos fossem carreados para a instituição facilitando, assim, a contratação de pessoal. O impacto numérico e de comportamentos polêmicos, além das referências a contratações de docentes que eram de posicionamento político mais à esquerda, contribuiu para a grande referência ao reitorado de Lynaldo Cavalcanti como destoante das administrações tradicionais e para o seu aspecto empreendedor[XXI].

Nos chama a atenção na página 35 do Projeto de Implantação a argumentação sobre como a compreensão do processo histórico pode fundamentar melhor as ações e, daí, definem-se as linhas (formação da rede urbana; tecnologia de sobrevivência e exploração do sertão; desenvolvimento regional e redes de transportes; expansão das fronteiras agrícolas; história da pecuária nordestina; economia pesqueira do extremo nordeste; migração de nordestinos e processos de caráter nacional; relações comerciais e financeiras da Paraíba com o exterior e com o eixo Rio-São Paulo; perfil antropológico de microrregiões paraibanas) nas quais se efetivariam os recursos humanos e técnicos. Veja-se que a historiografia de cunho da história política seria completamente solapada ou, pelo menos, ficaria submissa às questões econômicas e sociais. O projeto reconhecia que seria previsível não concretizar todas essas linhas, mas, de qualquer forma o objetivo é que se buscassem os documentos para a pesquisa. Veja-se, portanto, que o objetivo não era juntar documentação já acumulada em órgãos, mas induzir a pesquisa e, por meio dela, buscar a documentação.

Caminha de forma associada a preocupação com a modernização da pesquisa:

> representa antes de mais nada, um acréscimo significativo no patrimônio científico da Historiografia brasileira, de vez que, pelas dimensões modestas do investimento que será feito, e pelo uso de tecnologias avançadas, economizadoras de espaço de arquivamento e de tempo de reprodução do material, será possível uma acumulação rápida de dezenas de milhares de documentos em cada um dos dois centros.[XXII]

Concebia-se os centros não como repositórios de documentos, mas de informação. Deveriam centralizar as informações sobre onde estavam os acervos, em que condições, que dados eram possíveis acessar. Se há referência à acumulação de acervo – sobretudo por meio de novas tecnologias – há a defesa intransigente sobre a urgência de catalogar instituições, órgãos, entidades e sua documentação acumulada. Construir redes de informações, este era o principal objetivo.

Se por um lado, havia o reconhecimento que os arquivos e as informações contidas neles servem para fundamentar novos estudos e ações como esclarece o Projeto de Implantação:

> Sendo atingido um dos objetivos – instrumentar o conhecimento empírico regional em termos de recursos naturais, território, ambiente, tradições técnicas e culturais – esta preciosa informação terá grande utilidade mesmo para o pessoal de cursos que

> atualmente ignoram de fato o componente histórico de suas atividades profissionais, como os da área Tecnológica e os da área da Saúde. Pois, as maneiras locais de resolver problemas de sobrevivência e organização do trabalho e da vida se mostram de grande valia para o exercício profissional de profissões ilusoriamente a-históricas, como a Engenharia, a Medicina e suas correlatas.[XXIII]

Por outro, também se apresenta o princípio norteador da pesquisa interdisciplinar que se constituirá como um dos grandes desafios do projeto. Aqui, se expressa também, a clara importância da coordenação da História – a historiografia concebida como campo instrumental fartamente ressaltada no projeto – e a demanda sempre presente pela compreensão dos estudos históricos como fundantes das novas políticas, demonstrativo da articulação com a sociedade que sustentava a instituição.

O outro desafio, tão polêmico quanto o primeiro, mas de outra natureza, diz respeito a concepção da universidade como colaborativa das políticas públicas, conforme vê-se na defesa da utilização das informações no Projeto de Implantação:

> Junto com este material, de primeira necessidade para o CDIHR, deverão vir análises regionais, já feitas por técnicos e analistas do governo federal, estadual e municipal. Todo este material encontra-se disperso em órgãos governamentais e na imprensa, e nas próprias universidades escolhidas para o projeto. Caberia então ao CDIHR, como uma de suas primeiras tarefas, incluir em seu acervo este material, cumprindo então o papel de registrar a história regional, ou pelo menos, sua parte política-administrativa, enquanto ela ocorre.[XXIV]

Este ponto será muito disputado pelos sujeitos que irão implementar o centro e motivador de grandes debates dentro de todo o período entre 1976 e 1980. Como órgão que se efetivará como complementar da universidade, em vez de ligado aos centros ou departamentos que regiam a nova estrutura das universidades a partir da Reforma, a articulação com as políticas públicas se tornou em polêmica que determina os futuros possíveis do, então CDIHR/UFPB, como um órgão construtor de saberes históricos.

3. Considerações finais

As contribuições em termos de pesquisas e resultados acadêmicos do NDIHR, não compõe os conhecimentos sobre a história do ensino superior nem sua memória em âmbito mais geral.

A participação de docentes que depois foram para outras instituições não foi garantidora que esta referência se espalhasse. Daí é possível justificar a importância de, por meio dos cursos superiores de História que são nosso foco principal (embora possa ser realizado por meio de quaisquer outros cursos nos quais tenha havido experiências diferenciadas), renovar a narrativa histórica sobre os cursos superiores de História.

Seguindo a orientação de Ferreira[XXV], defender a necessidade de ir além dos aspectos institucionais entendidos, especificamente, como legislações e criações que deram origens aos cursos. Esta historiografia embora contributiva para uma memória dos cursos, não consideram – seja por inexistência ou desmerecimento – as informações que podem ser acessadas em planos de cursos e de aulas, materiais didáticos, bibliografia utilizadas e/ou produzidas,

boletins, atas de reuniões, ações de pesquisas e/ou extensionistas e relatos orais de docentes, discentes e técnicos[XXVI].

Vestígios que podem se tornar fontes e que, questionados a partir de concepções que incluam as vivências, embates e resoluções cotidianas nas interpretações e análises, contribuam para uma compreensão mais adequada da complexidade das instituições universitárias brasileiras nos seus vários momentos de construções, suas mútuas influências, mas também suas especificidades advindas da relação com as suas comunidades mais imediatas bem como com suas redes de sociabilidades e dos meios culturais, políticos e econômicos que engendraram instituições que gozam de um sentido e normas comuns, mas que também adequam os princípios às condições peculiares que as informam.

Esta proposta deve ser desenvolvida a médio e longo prazo não por uma única pessoa nem tampouco em uma só instituição, daí compreendo que a historiografia capitaneada por Ferreira[XXVII], e que hoje se estende no que, provavelmente, seja melhor representado por Ferreira[XXVIII] se configure como norteadora para que possamos diversificar e pluralizar a narrativa sobre o ensino de História nos cursos superiores e, por meio dela, quem sabe, influenciar também a narrativa sobre o que se denomina atualmente educação básica.

A revisão da historiografia mais geral sobre a ditadura militar no Brasil e a reforma universitária, que constrói de uma forma geral o modelo de universidade que temos hoje, nos informou de forma contundente também a necessidade de compreender como a partir daquelas diretrizes e princípios gerais, cada instituição elaborou suas normas, suas relações internas e externas e a configuração da tríade em que se assenta: ensino, pesquisa, extensão. Assinalo, assim, a enorme importância pessoal e formativa da leitura sistemática desta bibliografia.

No que diz respeito especificamente à experiência do NDIHR/UFPB as possibilidades e necessidades são quase incomensuráveis, contudo, atrevo-me a listar e tecer algumas considerações sobre algumas delas, posto que, pretendo transformar em projetos de pesquisas vindouros bem como induzir por meio de projetos de iniciação científica, mestrados e doutorados.

A primeira pesquisa que considero de total relevância é a continuidade das análises que iniciei no que diz respeito a uma história do NDIHR/UFPB. Aprofundar o entendimento sobre esse período de implementação sobre os embates vividos, analisar a bibliografia produzida pelos sujeitos no período 1976/1980 e elaborar uma história administrativa deste momento inicial.

Além disso, há o período posterior em que a formatação da universidade brasileira, o fortalecimento dos departamentos, a criação do sistema de pós-graduação como projetos vencedores, inviabilizam totalmente experiências destoantes do modelo hegemônico, contudo, não houve uma data única para todas estas transformações, os sujeitos que constroem o NDIHR mudam e se alteram também não só em sua composição e concepções, mas também soluções que vão sendo engendradas. O fato de Morais[XXIX], por meio de um trabalho acadêmico e em período tão recente, ainda estar propugnando viabilizações, considero que demonstra que no dia a dia da instituição este órgão ainda é considerado por vários agentes um patrimônio a ser administrado.

Portanto, a vivacidade de todos os períodos precisa ser reapresentada e analisada na relação com o ensino, pesquisa e extensão. A potencialidade e viabilidade de pesquisa desta envergadura estão expressas pela bibliografia produzida e utilizada, projetos, relatórios, apresentações de trabalhos em eventos, publicações e relatos orais.

A influência e as formas como se reverberam as ações do NDIHR na criação de outros núcleos dentro da UFPB e em instituições congêneres, na forma de pesquisar, de analisar e

compreender as realidades e as concepções sobre função social do conhecimento e da universidade em sociedades como a pessoense e a paraibana está para ser analisada e compreendida.

As publicações sistematizadas por Morais[XXX] no quadro[XXXI] a seguir, dimensionam a riqueza da produção ainda a ser analisada minuciosamente dado o fato de ser resultado das pesquisas, mas também por serem destinadas a públicos diferenciados: pesquisadores – análises e catálogos, alunos de graduação e da educação básica – textos para aulas, professores da educação básica – subsídios para preparação de aulas e materiais para o público em geral.

Quadro 1. Produção do NDHIR, segundo data de início e regularidade das publicações.

Título da publicação	**Início da Publicação**	**Regularidade da publicação**	
		Período sem publicação	**Ano de Paralisação**
Cadernos de Estudos Regionais	1976	1977/1978	1981
Textos NDIHR	1983	-	1994
Materiais Didáticos/Extensão História Local	1985	-	1998
NDIHR Documentos	1978	1986 - 1994	1996
Debates Regionais	1993	1994	1996

Fonte: Publicações do NDIHR. Pesquisa e elaboração do quadro por Morais (2012).

Minha defesa categórica sobre a necessidade de pesquisas desse tipo para se sobrepor à homogeneização da sociedade brasileira pela narrativa histórica, talvez, seja tributária de um dos pontos centrais do NDIHR: a afirmativa peremptória de que a História Regional não é reflexo de uma realidade maior, nem especificidade exótica de uma sociedade, mas compreensão de fenômenos que tanto aqui quanto alhures significam as formas de agir, pensar e sentir dos seres humanos vivendo em sociedade.

Que novas pesquisas e seus resultados nos façam entender os projetos em disputa, o futuro desses projetos que é o nosso momento atual, e como momentos de crise podem nos fazer tecer novos caminhos.

Notas:

[I] Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História. Doutora em História pela UFPE.

[II] Este texto é fruto de pesquisa desenvolvida no período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021 como parte das atividades de Estágio pós-doutoral sob a supervisão da Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[III] BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

[IV] FALCON, Francisco José Calazans. A Cadeira de História Moderna e Contemporânea e o Ensino e a Pesquisa Históricas na Fnfi-Ub. *In*: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). **História do ensino da história no Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 112.

[V] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

[VI] CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na República populista. São Paulo: Editora da UNESP, 2007ª; FÁVERO, M. L. A. **Da Universidade "modernizada" à Universidade Disciplinada**. São Paulo: Cortez, 1991; FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 17-36, 2006.

[VII] GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 145.

[VIII] ARAÚJO, Robson Arruda de Araújo. **A Historiografia Acadêmica na Paraíba**: o NDIHR e a História Regional (1976-1990). 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 61.

[IX] MONTENEGRO, Rosilene Dias. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e o CNPq: memória, política e (auto)biografia. *In*: IV Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica, 2010, São Paulo. **Anais**... São Paulo: FEUSP, 2010.

[X] UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Implantação de centros de documentação e informação histórica regional**. Cuiabá /MT - João Pessoa/PB. [1975], p. 1.

[XI] Ibidem, p. 2.

[XII] Ibidem.

[XIII] Ibidem.

[XIV] GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

[XV] UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Implantação de centros de documentação e informação histórica regional**. Cuiabá /MT - João Pessoa/PB. [1975], p. 3.

[XVI] Ibidem, p. 4-7.

[XVII] Ibidem, p. 30-31.

[XVIII] Ibidem.

[XIX] Ibidem, p. 27.

[XX] *Cf.* CITTADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 64**. João Pessoa: ADUFPB, 1993.

[XXI] O prestígio do reitor paraibano devia-se também à estreita relação estabelecida com o ministro da Educação, Ney Braga, a quem servira como diretor adjunto do DAU/MEC. O programa ambicioso desenvolvido por Lynaldo Cavalcanti na UFPB ampliou ainda mais sua reputação em Brasília e mereceu elogios enfáticos de Ney Braga, que se referiu a ele como um dos melhores reitores do Brasil, além de dirigente afinado com as metas de abertura política. O reconhecimento alcançado o levou à nomeação para a presidência do CNPq, cargo que ocupou de 1980 a 1985. Mas parece que a habilidade de Cavalcanti faltou a seus sucessores, que tiveram dificuldades para administrar o crescimento da UFPB e as tensões daí decorrentes, como os choques entre grupos de professores da

região e os "estrangeiros". MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 271.

[XXII] UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Implantação de centros de documentação e informação histórica regional**. Cuiabá /MT - João Pessoa/PB. [1975], p. 43.

[XXIII] Ibidem, p. 48.

[XXIV] Ibidem, p. 59.

[XXV] FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013a.

[XXVI] Costa incluiu em seu estudo informações sobre debates de planejamentos de disciplinas e seleções de conteúdos pelos docentes do curso de História da Universidade de São Paulo encontrados, até, em cartas trocadas entre eles. COSTA, Aryana Lima. De um curso d'água a outro. Memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de história da USP. 2018. 255 f. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História Social do Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

[XXVII] FERREIRA, M. M. (Org.). **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2010; FERREIRA, M. M. O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **Manguinhos - História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 611-636, abr.-jun. 2012; FERREIRA, M. M. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013a; FERREIRA, M. M. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 45-64, abr. 2013b; FERREIRA, M. M. Por um novo ensino de história: os desafios dos anos 1950-60. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) **Ensino de História em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de. Janeiro: Editora FGV, 2015.

[XXVIII] FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Universidades e ensino de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

[XXIX] MORAIS, Laudereida Eliana Marques. **Memória Arquivada**: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR (1976-1999). 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

[XXX] Ibidem.

[XXXI] Título do quadro na obra de Morais: **Quadro 10:** Produção do NDHIR, segundo data de início e regularidade das publicações. Ibidem.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Robson Arruda de Araújo. **A Historiografia Acadêmica na Paraíba**: o NDIHR e a História Regional (1976-1990). 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'água a outro**. Memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de história da USP. 2018. 255 f. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História Social do Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 64**. João Pessoa: ADUFPB, 1993.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na República populista. São Paulo: Editora da UNESP, 2007a.

_____. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora da UNESP, 2007b.

FALCON, Francisco José Calazans. A Cadeira de História Moderna e Contemporânea e o Ensino e a Pesquisa Históricas na Fnfi-Ub. *In*: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). **História do ensino da história no Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da Universidade "modernizada" à Universidade Disciplinada**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 17-36, 2006.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, p. 69-90, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História** (Impresso), São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e argumento**, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

FICO, Carlos *et al*. **Ditadura e Democracia na América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. v. 1.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a Institucionalização dos Cursos Universitários de História no Rio de Janeiro. *In*: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. (Org.). **Estudos sobre a Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006. v. 1.

_____. (Org.). **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **Manguinhos - História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 611-636, abr.-jun. 2012.

_____. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013a.

_____. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 45-64, abr. 2013b.

_____. Por um novo ensino de história: os desafios dos anos 1950-60. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) **Ensino de História em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de. Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. (Org.). **Universidades e ensino de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Rev. Bras. Hist**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Estudos sobre iniciação científica no brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.173-197, jan./abr. 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Histórias do ensino da História no Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e o CNPq: memória, política e (auto)biografia. *In*: IV Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica, 2010, São Paulo. **Anais**... São Paulo: FEUSP, 2010.

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. **Memória Arquivada**: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR (1976-1999). 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado**: uma discussão necessária à formação do profissional de História. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

_____. **Por uma história plural:** experiências de (outras) formações de professores de História (UFPB – 1976/1980)**.** Projeto de pesquisa para estágio pós-doutoral apresentado ao PPGH/UFRJ. Natal, 2019.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias e SOUZA, Wendell de Oliveira. O curso de História da UFRN (1956-2016): 60 anos de memórias e histórias. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Universidades e ensino de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

ORTIZ, Renato. **Trajetos e memórias**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RIBEIRO, Darcy (Org.). **Universidade de Brasília**: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 13 de dezembro de 1961. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

SILVA, José Luis Werneck da. **A deformação da História ou para não esquecer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Apresentação. **Cadernos de Estudos Regionais**, João Pessoa, Ano1, n. 1, p. 7, 1976.

_____. A luta do historiador. **Revista de Ciências Humanas**, UFPB – CCHLA. João Pessoa, ano 2, n. 4, p. 13-21, out./dez. 1980.

_____. A pesquisa histórica na UFPB – Implantação de um Centro de Documentação. **Revista de Ciências Humanas**, UFPB – CCHLA. João Pessoa, ano 2, n. 4, p. 249-265, out./ dez. 1980.

_____. Recuperar a memória, fazer história. **Debates Regionais: fazer história: (des) construção e (in)certeza**, n. 3, p.11-19, 2º sem./ 1996.

_____. Educação em/para os direitos humanos: entre a universalidade e as particularida- des, uma perspectiva histórica. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al*. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico–metodológicos. João Pessoa: UFPB, 2007. p. 245-273.

_____. Movimentos sociais, memória e história. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, v.18, n. 42, p. 185-193, jun. de 2008.

_____. Memória e Ensino de História. *In:* ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 14., 2010, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: ANPUH/PB, 2010.

Fontes

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Entrevista concedida a bolsistas para o Projeto NDIHR 2º Anos**: Resgate e construção de uma história. João Pessoa, mai. 1998. Entrevista concedida a Ataides Cassimiro da Silva, Gorgina Alves da Fonseca e Vera Lúcia da Silva.

_____. **Entrevista concedida para esse projeto dos 20 anos do NDIHR**. João Pessoa, jul. 2007. Entrevista concedida a Adeilma Bastos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Implantação de centros de documentação e informação histórica regional**. Cuiabá /MT - João Pessoa/PB. [1975].